

LEI Nº 2684/2016

"FIXA O VALOR PARA PAGAMENTO DE OBRIGAÇÕES DE PEQUENO VALOR/RPV, DECORRENTES DE DECISÕES JUDICIAIS, NOS TERMOS DO ART.100, PARÁGRAFOS 3º E 4º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL."

A Câmara Municipal de Rio Negro, Estado do Paraná, aprovou e eu, Milton José Paizani, Prefeito Municipal sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a fazer o pagamento de débitos ou obrigações do Município de Rio Negro, decorrentes de decisões judiciais transitadas em julgado, consideradas de pequeno valor, nos termos do Art. 100, parágrafos 3º e 4º da Constituição Federal, sendo procedido diretamente pela Secretaria Municipal da Fazenda, à vista do ofício requisitório expedido pelo juízo competente Requisição de Pequeno Valor/RPV.

~~Parágrafo único. Para fins desta Lei consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações que tenham valor igual ou inferior a 10,5 (dez vírgula cinco) salários mínimos vigentes à época do pagamento.~~

Parágrafo único. Para fins desta Lei consideram-se de pequeno valor os débitos ou obrigações que tenham valor igual ou inferior a 07 (sete) salários mínimos vigentes à época do pagamento. (Redação dada pela Lei nº 3110/2021)

Art. 2º Os pagamentos das RPVs de que trata esta Lei serão realizados de acordo com as disponibilidades orçamentárias e financeiras do Município e serão atendidos conforme a ordem cronológica dos ofícios requisitórios protocolados na Secretaria Municipal da Fazenda.

Art. 3º É facultado à parte exequente renunciar ao crédito, no que exceder ao valor estabelecido, para que possa optar pelo pagamento do valor na forma desta Lei.

Art. 4º Para os pagamentos de que trata a presente Lei, será utilizada a dotação própria consignada no orçamento anual.

Art. 5º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei Municipal nº 1813, de 11 de junho de 2008.

Rio Negro, 08 de dezembro de 2016.

MILTON JOSÉ PAIZANI

PREFEITO MUNICIPAL

JOANI ASSIS PETERS

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Coordenação Geral

Nota: Este texto não substitui o original publicado no Diário Oficial.

Data de Inserção no Sistema LeisMunicipais: 16/02/2021